

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

NOTA TÉCNICA N° 16/2016

PAAF n° 0024.12.004567-9

- I. **Objeto:** Ruínas da Fábrica do Alemão.
- II. **Município:** Morro do Pilar.
- III. **Localização:**

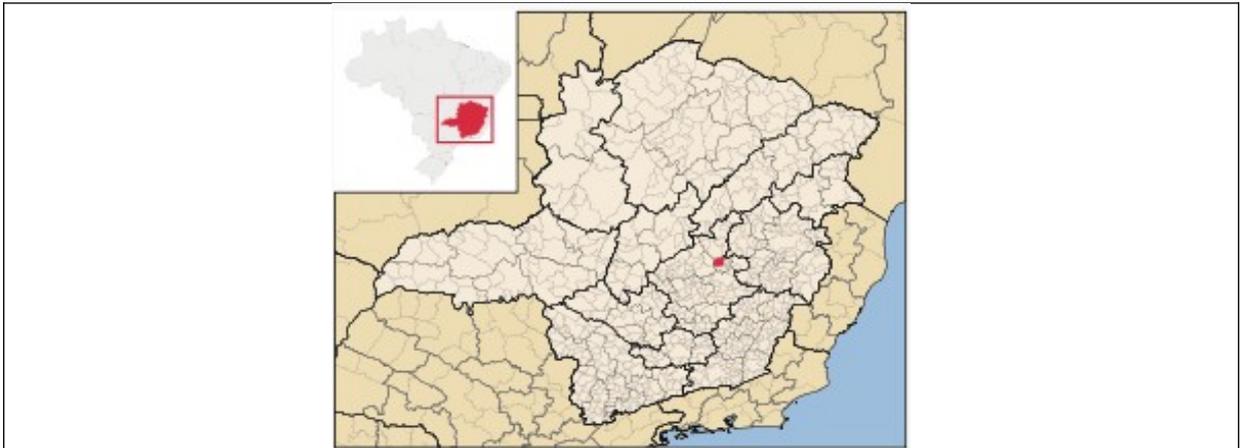


Figura 1 – Imagem contendo a localização do município de Morro do Pilar. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Morro_do_Pilar. Acesso 05-02-2016.

IV. Breve Histórico de Morro do Pilar:

O arraial foi fundado no início do século XVIII pelo bandeirante Gaspar Soares que recebeu do Coronel Antônio Soares Ferreira, guarda-mor, as datas de Santo Antônio, em 02 de março de 1701. Gaspar Soares se estabeleceu em um morro, denominado Alto do Canga, onde encontrou ouro neste mesmo ano. Em 1710 foi construída uma capela dedicada a Nossa Senhora do Pilar, em torno da qual se formou o Arraial Velho.

Por volta de 1740, Gaspar Soares promoveu a transferência do arraial do Alto do Canga para uma região mais abaixo, onde hoje fica a cidade de Morro do Pilar.

A exploração no Alto do Canga durou até 1743, quando um desmoronamento matou cerca de dezoito escravos e interrompeu as atividades mineradoras. Depois deste desastre a área passou a ser conhecida como “Morro de Gaspar Soares”.

Sucedeu-se na localidade um período de estagnação econômica, que, somente começou a ser revertido a partir da chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, com a revogação do Alvará de 1785 que proibia o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas no Brasil.

No início do século XIX, fábricas de fundição começaram a ser implantadas no arraial. Em 1809, teve início a construção da Real Fábrica de Ferro, idealizada pelo Intendente Câmara. A partir daí, outros empreendimentos siderúrgicos começaram a surgir na região.

O arraial pertenceu ao município do Serro até 1842, quando, com a emancipação de Conceição (do Mato Dentro), passou a ser distrito deste novo município. Tornou-se município autônomo em 1953, passando a se chamar de Morro do Pilar.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 2 – Vista parcial de Morro do Pilar, 1898. Fonte: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29460. Acesso 05-02-2016.

O município de Morro do Pilar tornou-se uma das localidades pioneiras na implantação de empreendimentos siderúrgicos, que marcariam de forma decisiva a história e a paisagem do estado de Minas Gerais.

V. Breve Histórico da Fábrica de Ferro do Alemão:

A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil mudou radicalmente o cenário colonial. A abertura dos portos brasileiros às nações amigas e a revogação do Alvará de 1785, que proibia a instalação de manufaturas na colônia, evidenciaram a adoção de uma nova política econômica e comercial que rompia com a lógica do pacto colonial.

A entrada de europeus na antiga colônia, que havia sido elevada à condição de reino, foi outra medida incentivada após a transferência da Corte. Diversos artistas, naturalistas, dentre outros viajantes, dirigiram-se ao Brasil, deixando preciosos relatos de viagens empreendidas no século XIX.

Preocupado com o desenvolvimento do setor minerário no Brasil, foi criado por D. João VI o Real Gabinete de Mineralogia, que a partir de 1810 começou a ser dirigido pelo alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege, que se tornaria responsável pela inauguração, em 1812, na região de Congonhas do Campo, Província de Minas Gerais, da Fábrica Patriótica, dando início à produção do ferro em escala industrial. Além de Eschwege, outros engenheiros, mineralogistas e mestres fundidores alemães vieram para o Brasil com o objetivo de implantar altos fornos para produção do ferro, contribuindo para o surgimento das primeiras siderúrgicas em solo nacional.

Em Morro do Pilar, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá que, em 1807, havia sido nomeado Intendente Geral das Minas e dos Diamantes do Distrito Diamantino, deu início ao projeto de construção da Real Fábrica de Ferro.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

V. Análise Técnica:

No Diagnóstico Arqueológico, elaborado em 2001, no âmbito do licenciamento ambiental da PCH Sumidouro¹, foi apontada a existência de um sítio arqueológico histórico de mineração, oriundo do século XIX, na área diretamente afetada pelo empreendimento. O Sítio Arqueológico do Sumidouro foi caracterizado da seguinte forma:

Na margem direita do rio Santo Antônio, em localidade destinada a área de inundação da PCH Sumidouro, próximo da estrada e ponte que interligam Morro do Pilar e Conceição do Mato Dentro, há um importante conjunto de estruturas de alvenaria de pedra, algumas delas em bom estado de conservação puderam ser identificadas tais como: fornalhas, mundéus, barragens, diques, regos, local destinado a roda d'água, catas, montículos de seixos lavados, além de indicação em literatura específica de pelo menos um sepultamento de um inglês, antigo proprietário da mesma...

O Diagnóstico Arqueológico, citando importante fonte bibliográfica, traz a informação de que, após rescisão de contrato com o governo, José Henrique Utsch adquiriu um terreno junto à ponte do Sumidouro, onde construiu com seu pai a “Fábrica do Sumidouro”. Os parentes José Henrique, Herman e Daniel Utsch teriam comandado o empreendimento.

Consta ainda do Diagnóstico Arqueológico a informação de que Herman Utsch, que teria falecido por volta de 1849, tendo sido sepultado às margens do rio Santo Antônio, onde há uma gameleira marcando a fábrica e seu túmulo.

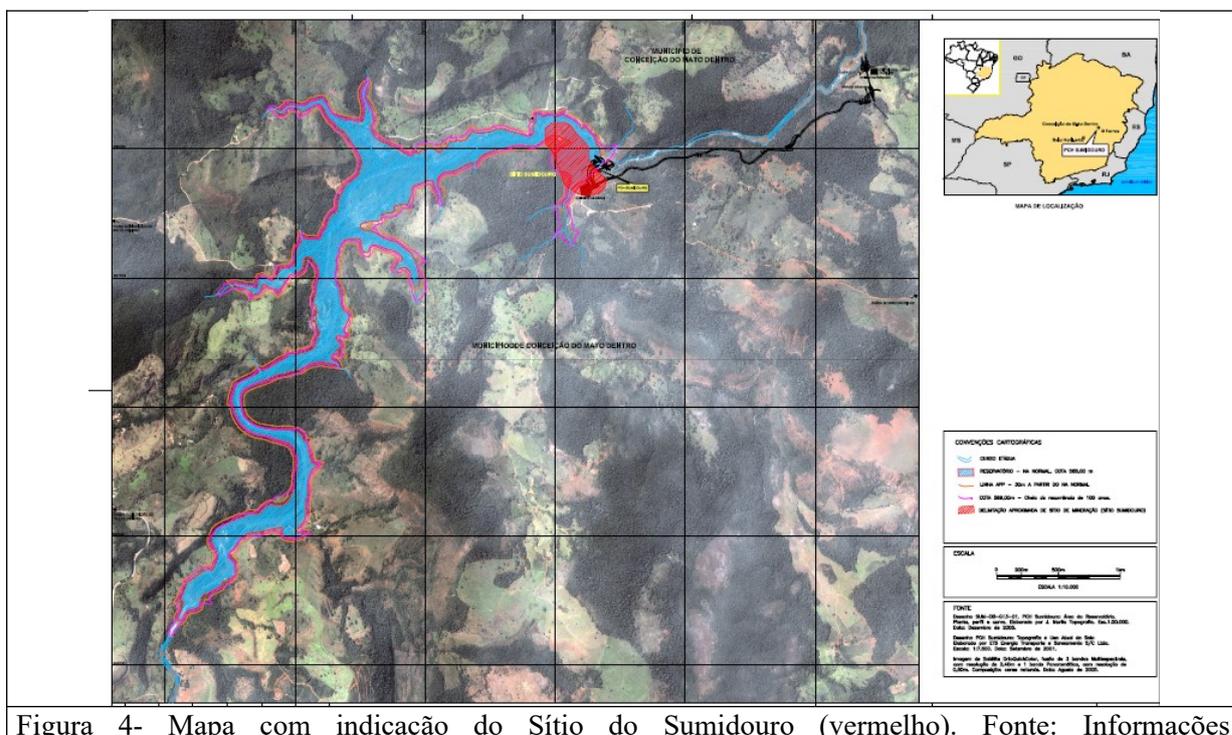


Figura 4- Mapa com indicação do Sítio do Sumidouro (vermelho). Fonte: Informações

¹ Equipe técnica: Alenice Baeta, Henrique Pilo e João Rodrigues Fontes.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

complementares aos EIA/RIMA Rio das Velhas- Delphi, abril 2006.

Em janeiro de 2009, foi apresentado ao IPHAN pela Arkaios Consultoria Ltda o Relatório Final do Programa de Prospecção Arqueológica da PCH Sumidouro. Neste documento, afirmou-se que a estrutura em pedra identificada possuía 17,20 m de comprimento por 3,75m de altura, tendo sido construída escalonada em três níveis. Ressaltou-se que na base da parede foi identificada uma estrutura retangular de pedras de 2,30m X 1m X 0,80m, aparentemente sem uso. Destacou-se que, segundo informações orais, o corpo de Herman Utsch teria sido sepultado junto à gameleira, nas proximidades da fábrica de ferro, uma vez que, por ser protestante, seu enterro não podia ser realizado em cemitérios católicos. Foram apontadas outras ocorrências associadas à antiga fábrica, como pequenas forjas, forno e canal.

De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental, elaborado pela empresa Geonature, em 2012, no âmbito do empreendimento minerário da Manabi:

Ainda no século XIX, porém já na sua segunda metade, houve a instalação de outra fábrica de ferro, hoje localizada no município de Conceição do Mato Dentro, na margem direita do rio Santo Antônio, próxima à atual ponte do Sumidouro. Consta que esta fábrica, de um alemão luterano, também chegou a produzir ferro líquido na região. Porém, como não era católico, não fora visto com bons olhos pela sociedade da época, inclusive no momento de sua morte não foi aceito que realizasse seu enterro no cemitério local e acabou sendo enterrado no local onde se encontrava a Fábrica. Hoje, são encontradas apenas ruínas tomadas pela vegetação².

Na **Carta Arqueológica de Morro do Pilar**, elaborada pela Artefacto Consultoria, em decorrência de obrigação estabelecida em Termo de Compromisso firmado entre o Ministério Público e a Manabi, há um capítulo intitulado *O ouro e o ferro no Morro de Gaspar Soares*, de autoria de Marcus Duque Neves³. O autor, além de destacar as tentativas de recuperação da mineração aurífera em Minas Gerais, por meio de Dom Rodrigo de Souza Coutinho e José Vieira do Couto, enfatiza as iniciativas de produção de ferro, com destaque para a Real Fábrica de Morro do Pilar. Sobre a atuação dos alemães na Real Fábrica, o autor ressalta que:

... Somente em 1820 chegaram os especialistas solicitados, alguns deles diretamente da Alemanha Central. Um contrato foi assinado por Joaquim Lobo da Silveira, representante do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, diretamente com Hermann Utsch e Camilo Martins Lage como intermediador. Dos catorze especialistas, alguns se destinaram a outras fábricas, provavelmente para Ipanema e, talvez, a Patriótica. Não sabemos quantos ficaram em Gaspar Soares, mas temos os nomes de Schwneeman, os irmãos Hermann Utsch e Jonhann Henrich Utsch, Johann Peter Maás e Karl Ferdinand Hamlott trabalhando na Real Fábrica de Ferro de Morro do Gaspar Soares, além do alemão que tinha sido emprestado por Eschwege antes, Schonenwolf.

² Estudos de Impacto Ambiental- Arqueologia, Geonature, Belo Horizonte, março 2012.

³ BAETA, Alenice e PILÓ, Henrique(orgs). **Carta Arqueológica de Morro do Pilar**. Belo Horizonte, 2014.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Especificamente sobre os irmãos Ustch, o autor ressalta que:

... Os irmãos Ustch retiraram-se dali, depois de cerca de dez anos para montar sua própria fábrica e investimentos na região, a sete quilômetros para leste de Conceição, chamada 'Fábrica de Ferro do Sumidouro'. Felizmente, o sítio arqueológico referente a 'Fábrica de Ferro dos Ustch ou Sumidouro', encontra-se conservado...



Figuras 5 e 6- Ruínas da Fábrica do Alemão: estrutura em alvenaria de pedra e trecho de antigo canal. Fonte: BAETA, Alenice e PILÓ, Henrique(orgs). **Carta Arqueológica de Morro do Pilar**. Belo Horizonte, 2014.

De acordo com o Relatório Final – Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico elaborado em 2014 no âmbito do processo de licenciamento para obtenção de Licença Prévia (LP) do Projeto Minerário Morro do Pilar- Manabi S. A.⁴, informações orais apontam que no século XIX, um alemão ou um grupo de alemães teriam construído uma fábrica entre os municípios de Morro do Pilar e Conceição do Mato Dentro, com a finalidade de produzir ferro. Membros da família Utsch foram apontados como fundadores do empreendimento.

Ainda segundo referido relatório, as ruínas da Fábrica do Alemão ficam a cerca de 50 metros do córrego Sumidouro, margem direita do Rio Santo Antônio. No local foi identificada uma estrutura de pedras encaixadas de forma escalonada, além de formas de panela/vasilha. Informações orais relatam também a existência de duas sepulturas dos alemães fundadores do empreendimento nas proximidades da estrutura da fábrica.

⁴ Relatório Final – Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico elaborado no âmbito do processo de licenciamento para obtenção de Licença Prévia (LP) do Projeto Minerário Morro do Pilar- Manabi S. A. Lume Estratégia Ambiental, janeiro de 2014.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figuras 7 e 8- Ruínas da Fábrica do Alemão. Fonte: Relatório Final – Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico, pela Lume Estratégia Ambiental, janeiro de 2014.

Na palestra “A História do Ferro no Brasil: entre as Fábricas de Ferro e a Mineração”, proferida pelo professor Friedrich E. Renger, em outubro de 2012, no Museu da Minas e do Metal⁵, há indicativos da implantação da Fábrica do Alemão. Referindo-se à Real Fábrica de Ferro de Morro do Pilar, o professor Renger enfatizou que “A Fábrica funcionava até 1830, criando muitos ‘filhotes’ na região de Conceição (família Utsch)”. A apresentação destacou também que Joaquim Cândido da Costa Sena, em **Viagem de estudos metalúrgicos no centro da Província de Minas**, de 1881, enumerou mais de vinte fábricas de ferro nos municípios de São Miguel (hoje Piracicaba), Itabira, Morro do Pilar e Conceição do Mato Dentro. Muitas destas fábricas seriam de ex-funcionários da Real Fábrica de Morro do Pilar.

O levantamento descritivo de fontes documentais primárias e secundárias, apresentado pela Lume Estratégia Ambiental, em junho de 2013, relacionou obras literárias que se referem à Fábrica de Hermann Utsch⁶. As pesquisas foram realizadas na Biblioteca Municipal de Conceição do Mato Dentro, onde foram localizadas obras que se referem à siderurgia em Morro do Pilar e à família Utsch.

O Relatório Final – Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico, também elaborado pela Lume Estratégia Ambiental, destaca a existência de uma robusta estrutura de pedra, em meio à densa vegetação, nas proximidades do córrego Sumidouro, que corresponderia às ruínas da Fábrica do Alemão.

⁵ <http://www.slideshare.net/museuminasmetal/ferro-no-brasil>. Acesso 25-02-6016.

⁶ Levantamento descritivo das fontes documentais primárias e secundárias com o intuito de se obter maiores informações sobre os sítios arqueológicos existentes na região de Morro do Pilar, especialmente as Ruínas da Real Fábrica, as Ruínas da Fábrica do Alemão e as Minas do Hogó, Lume Estratégia Ambiental, Belo Horizonte, junho/2013.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figuras 9 e 10- Ruínas da Fábrica do Alemão. Fonte: Relatório Final – Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico, pela Lume Estratégia Ambiental, janeiro de 2014.

Na busca preliminar de informações históricas sobre a família Utsch, realizada em meio eletrônico, foram encontrados alguns dados interessantes, que corroboram as informações existentes:

Somos de uma família de mestres fundidores da cidade de Morbach, que aqui aportaram em 1820, através de um contrato entre nosso patriarca, Hermann Utsch, e o Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves, dentro do esforço do Intendente Câmara para estabelecer uma indústria no Brasil. Nossos antepassados foram destinados para a Real Fabrica de Ferro do Morro do Pilar, mais precisamente no Morro do Gaspar Soares, próximo ao Córrego do Picão. Ali laboraram de 1820 até 1830⁷.

Portanto, fontes orais, bibliográficas e arqueológicas são indicativas da existência da Fábrica de Ferro do Alemão e somente o aprofundamento das pesquisas poderá revelar dados mais detalhados sobre a localização e o funcionamento do empreendimento.

O Relatório Final – Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico, elaborado pela empresa Lume Estratégia Ambiental, no âmbito do processo de licenciamento para obtenção de Licença Prévia (LP) do Projeto Minerário Morro do Pilar- Manabi S. A. é datado de janeiro de 2014 e propõe um projeto de pesquisa das Ruínas da Fábrica do Alemão. Além da prospecção para identificação, delimitação e avaliação do estado de conservação dos vestígios e estruturas compósitas do sítio, o projeto contemplaria a elaboração de registros gráficos e fotográficos, a realização de sondagens em áreas específicas para avaliação do potencial em subsuperfície e descrição detalhada dos elementos técnicos e constitutivos dos testemunhos encontrados.

Numa segunda fase, o projeto prevê a realização de pesquisas arqueológicas por meio de escavações e mapeamento topográfico planialtimétrico do sítio e seu entorno, para registro no cadastro de sítios arqueológicos (esferas federal, estadual e municipal) e junto à documentação dos imóveis, definindo as áreas de preservação.

⁷ <https://www.myheritage.com.br/site-77815723/website-da-familia-utsch>. Acesso 25-02-2016.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Como resultado do projeto, deverão ser apresentados os levantamentos topográficos, gráfico, fotográfico e arquitetônico das estruturas existentes e das eventualmente identificadas, além da curadoria do acervo e do material exumado. O projeto prevê ainda a elaboração de textos científicos e informativos, tendo em vista ações de Educação Patrimonial, bem como a organização e disponibilização dos dados obtidos.

Segundo o relatório, os resultados do projeto de pesquisa arqueológica das ruínas da Fábrica do Alemão podem subsidiar a elaboração de plano de gestão, de preservação e, sobretudo, de divulgação e fruição do sítio, “incluindo o planejamento de circuitos turísticos, sinalização educativa, visitação monitorada e capacitação de guias locais, dentre outras atividades de valorização do patrimônio cultural”.

A proposta de projeto apresentada não faz menção à realização de pesquisa histórica.

VI. Fundamentação:

O patrimônio cultural e o patrimônio natural estão cada vez mais ameaçados de destruição tanto pela degradação natural do bem quanto pelas alterações sofridas devido a crescentes demandas sociais e econômicas. A preservação do patrimônio cultural permite que a memória e a identidade das populações se perpetuem através do tempo, podendo ser conhecidas pelas gerações futuras.

Não são raros os casos em que a destruição de sítios arqueológicos ocorrem em decorrência de interesses econômicos e atividades turísticas que provocam, além de graves impactos ambientais, a perda irreparável de um patrimônio que abriga importantes vestígios da ocupação humana, comprometendo a história das comunidades locais.

O desaparecimento ou a degradação do patrimônio cultural constitui no empobrecimento do patrimônio municipal, e conseqüentemente o estadual e federal. **No caso das Ruínas da Fábrica do Alemão em Morro do Pilar é presente esta ameaça, uma vez que se trata de um sítio praticamente desconhecido, inserido numa região onde os empreendimentos econômicos se fazem fortemente presentes. Ressalta-se que a implantação da PCH Sumidouro ameaçaram causar o desaparecimento do sítio histórico em questão.**

Deve-se considerar que o patrimônio arqueológico constitui testemunho essencial sobre as atividades humanas do passado. Portanto, sua preservação é indispensável não apenas em nome das gerações futuras, como também do ponto de vista da produção do conhecimento científico.

A Lei nº 3.924/1961 dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos no Brasil, estabelecendo regras para proteção deste patrimônio em todo território nacional. O aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação das jazidas arqueológicas ou pré-históricas, antes de serem devidamente pesquisados, são proibidos por esta legislação. **É importante ressaltar que pouco ainda se sabe sobre as ruínas da Fábrica do Alemão, sendo fundamental o aprofundamento de pesquisas históricas e arqueológicas sobre o sítio. O Relatório Final – Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico, elaborado pela empresa Lume Estratégia Ambiental, também aponta a necessidade de continuidade e aprofundamento da pesquisa arqueológica na área.**

De acordo com o art. 216, V, da Constituição Federal de 1988 “os sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

incluem-se como integrantes do patrimônio cultural brasileiro, e, por isso, ficam sujeitos a um regime especial de proteção que visa a sua preservação.

Segundo a Carta de Laussane:⁸

Art. 2º- O patrimônio arqueológico é um recurso cultural frágil e não renovável. Os planos de ocupação do solo decorrentes de projetos desenvolvimentistas devem, em consequência, ser regulamentados, a fim de minimizar, o mais possível, a destruição deste patrimônio(...)

Art. 3º- (...) A legislação deve garantir a conservação do patrimônio arqueológico em função das necessidades da história e das tradições de cada país e região, garantindo amplo lugar à conservação *in situ* e aos imperativos da pesquisa (...). A legislação deve proibir a destruição, degradação ou alteração por modificação de qualquer monumento, sítio arqueológico ou seu entorno, sem a anuência das instâncias competentes(...)

De acordo com a Lei Estadual 11.726/94:

Art. 13 - Os bens e sítios arqueológicos, as cavidades naturais subterrâneas e os depósitos fossilíferos sujeitam-se à guarda e proteção do Estado, que as exercerá em colaboração com a comunidade.

De acordo com a Lei Orgânica de Morro do Pilar, aprovada em 20 de setembro de 1990:

Art. 182- Ficam tombados para o fim de preservação e declarados monumentos naturais paisagísticos e históricos na área do município:

I- O Lajeado e a Cachoeira do Pica-pau;

II- A Igrejinha do Canga;

III- Todas as nascentes d'água que abastecem o município;

IV- O monumento ao Intendente Câmara;

Art. 183- A exploração de recursos hídricos e minerais do município não poderá comprometer os patrimônios natural e cultural, sob pena de responsabilidade, na forma da lei.

É importante ressaltar que patrimônio arqueológico está atraindo cada vez mais o interesse de visitantes que buscam conhecer vestígios remanescentes de sociedades pretéritas. Neste sentido, o turismo arqueológico pode se tornar um importante instrumento para proteção, valorização e divulgação destes bens culturais, além de contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico das comunidades onde se encontram inseridos.

Obviamente, as atividades de turismo arqueológico devem ser planejadas sob a ótica da sustentabilidade, adotando práticas que visem, sobretudo, à preservação deste patrimônio, que se constitui num recurso cultural frágil e não-renovável.

⁸ Carta para Proteção e a Gestão do Patrimônio Arqueológico. ICOMOS/ICAHM. Laussane. 1990.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

VII. Conclusões

A história da siderurgia no município de Morro do Pilar está diretamente relacionada à figura do Intendente Câmara que, em 1809, deu início à construção da Real Fábrica de Ferro. Para enfrentar a carência de mão-de-obra especializada, por volta de 1820, o governo brasileiro incentivou a vinda de mestres fundidores, sobretudo alemães, para atuação nos locais onde haviam sido implantados alto-fornos.

Foi neste contexto que a Real Fábrica de Morro do Pilar recebeu os mestres prussianos Hermann Ustch e Jonhann Henrich Utsch, que, posteriormente, teriam fundado a chamada Fábrica de Ferro do Alemão ou Fábrica do Sumidouro, entre os municípios de Morro do Pilar e Conceição do Mato Dentro.

Em 2001, o Diagnóstico Arqueológico elaborado no âmbito do licenciamento ambiental da PCH Sumidouro, caracterizou o Sítio Arqueológico do Sumidouro como um importante conjunto de estruturas de alvenaria de pedra, formado por fornalhas, mundéus, barragens, diques, regos, local destinado a roda d'água, catas e montículos de seixos lavados, localizada na margem direita do rio Santo Antônio. Destacou-se que fontes orais e bibliográficas apontavam nas proximidades da antiga fábrica a existência de, pelo menos, um sepultamento, que seria do fundador do empreendimento.

Em 2009, a Arkaivos Consultoria Ltda apresentou ao IPHAN o Relatório Final do Programa de Prospecção Arqueológica da PCH Sumidouro, com especificação das dimensões da estrutura em pedra identificada no Sumidouro, enfatizando que apresentava construção escalonada em três níveis. Neste documento foi apontada a existência de outros vestígios arqueológicos associados à antiga fábrica.

De acordo com o Relatório Final – Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico, elaborado pela empresa Lume Estratégia Ambiental, no âmbito do processo de licenciamento para obtenção de Licença Prévia (LP) do Projeto Minerário Morro do Pilar- Manabi S.A., as ruínas da Fábrica do Alemão correspondem a uma estrutura de pedras encaixadas de forma escalonada, localizada a cerca de 50 metros do córrego Sumidouro, margem direita do Rio Santo Antônio.

Deste modo, não restam dúvidas da relevância histórico-arqueológica da estrutura em alvenaria de pedra, identificada nas proximidades do córrego Sumidouro, tornando imperativa a necessidade de prospecção em seu entorno, visando à identificação de outros vestígios que podem estar associados ao conjunto principal e fornecer novas informações sobre a Fábrica do Alemão. A integração entre fontes orais, bibliográficas, documentais e arqueológicas pode contribuir para uma caracterização mais detalhada do sítio.

As ruínas da Fábrica do Alemão possuem valor cultural, ou seja, possuem atributos e significados que justificam a sua preservação. Acumula valores paisagísticos, turísticos, históricos (de antiguidade), de testemunho, raridade e identidade. Portanto, sugere-se sua proteção por meio do tombamento. O Poder Público, através desta medida, estará contribuindo para assegurar a proteção do patrimônio arqueológico, a fim de evitar e/ou minimizar a prática de atividades potencialmente degradadoras que possam atentar contra sua integridade.

O tombamento do conjunto arqueológico das Ruínas da Fábrica do Alemão deve ser acompanhado da elaboração de Plano de Conservação e Gestão do sítio, com estabelecimento de diretrizes que assegurem uma gestão adequada e responsável da área. A correta gestão do patrimônio arqueológico é fundamental para sua salvaguarda.



Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

São essas as considerações do Setor Técnico desta Promotoria, que se coloca à disposição para o que mais se fizer necessário.

Belo Horizonte, 08 de março de 2016.

Neise Mendes Duarte
Analista do Ministério Público – Historiadora – MAMP 5011